

EDITORIAL

Evasão escolar

Novas conclusões foram obtidas sobre um dos mais sérios aspectos entre os problemas educacionais brasileiros, em pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) com a finalidade de analisar as causas da evasão escolar, segundo a visão dos próprios jovens e de seus pais.

O trabalho foi construído a partir de dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e da Pesquisa Mensal do Emprego, com índices cotejados no sentido de avaliar o peso de um dos mais alegados motivos para os jovens abandonarem a escola.

A pesquisa desmente alguns mitos, ou preconceitos, como o de que a maioria dos jovens de comunidades e regiões mais pobres se vê obrigada a deixar o colégio pela necessidade de trabalhar para sustento da família.

Verificou-se que, exatamente nas regiões mais ricas do País, o crescimento econômico e as oportunidades de emprego é que afastam o jovem dos estudos, pois as localidades caracterizadamente pobres não oferecem oportunidade de trabalho para pais ou filhos.

A recente crise econômica, ainda de acordo com o estudo procedido pela Fundação Getúlio Vargas, gerou um efeito dúbio: apesar da falta de empregos, o jovem procedente de classes sócio-econômicas inferiores persiste nos estudos por julgar que desta forma vai obter mais chances no competitivo mercado de trabalho.

No grupo dos alcançados pelo programa Bolsa Família, entre crianças de até 15 anos, o papel do benefício se torna mais visível pelo controle da frequência dos alunos do que pela própria matrícula.

O maior desafio se localiza, no caso, entre estudantes na faixa etária de 16 a 18 anos, refletindo o que também acontece nas escolas públicas no campo do ensino médio, setor sempre mais problemático do que o ensino fundamental.

O difícil acesso ao livro, bem como aos equipamentos da informática, nas camadas menos favorecidas da população, é outra flagrante causa de desestímulo para os jovens em idade escolar no Brasil.

As bibliotecas públicas, único recurso utilizado em centenas de localidades, literalmente não existem em cerca de 360 municípios brasileiros.

Registram-se, também, casos de cidades com bibliotecas cadastradas no Serviço Nacional de Bibliotecas Públicas, mas que tiveram de cerrar suas portas por causa da baixa remuneração oferecida aos funcionários.

Muitos razoáveis acervos de livros, reunidos tantas vezes pelo esforço de pessoas dedicadas à educação e à cultura, deterioram-se devido à inexistência de um local adequado para abrigá-los, ou simplesmente pela falta da necessária manutenção.

Todas as batalhas empreendidas em favor da melhoria de qualidade da educação pública requerem, sobretudo, o efetivo engajamento de mestres, pais e estudantes, tanto no empenho constante de formularem reivindicações procedentes quanto na fiel observação, inclusive a partir do núcleo familiar, sobre qual a melhor e mais viável maneira de desenvolver o processo educacional.

Salvo em casos excepcionais, a pobreza não anula o senso de responsabilidade familiar pela formação escolar dos filhos, quando a intenção real e objetiva é fazer valer a vontade cidadã.